



# Anais da Assembleia

N.º 57

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA EM 17 DE JUNHO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA  
ATA DA 50.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1985.  
SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, Secretariada pelos Senhores Deputados: Sérgio Spada e Péricles Pacheco.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Gilberto Carvalho, Márcio Almeida, Odeni Mongruel e Sabino Campos (4). Achando-se em licença o Senhor Deputado Artagão Mattos Leão (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 106/85

Curitiba, 05 de junho de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

as inclusas cópias autênticas de Convênios de Cooperação Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo- PARANATUR, com as partes, datas e objetivos, conforme abaixo se menciona:

I- com a Empresa Brasileira de Turismo- EMBRATUR, celebrado em 6 de setembro de 1984, visando a realização de curso de aperfeiçoamento de Guias de Turismo, na cidade de Foz do Iguaçu;

II- com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- SENAC/DR/PR, celebrado em 13 de outubro de 1984, objetivando desenvolver programas de formação profissional para aperfeiçoamento de Guias de Turismo; e

III, com a Empresa Brasileira de Turismo- EMBRATUR, celebrado em 25 de fevereiro de 1985, visando a realização de pesquisa sobre o turismo emissivo e receptivo no Aeroporto Internacional das Cataratas em Foz do Iguaçu e nos postos alfandegários dos Portos Stroessner e Meira, no ano de 1985.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 107/85

Curitiba, 05 de junho de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 4.º Termo Aditivo e de Re-Ratificação, datado de 30 de dezembro de 1984 aos Convênios de Cooperação Técnica e de Operacionalização, firmados em 05 de junho de 1979 e em 3 de novembro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo- PARANATUR e a Empresa Brasileira de Turismo- EMBRATUR, com a interveniência da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, objetivando regular a participação técnico-financeira das Entidades signatárias em atividades de implemento ao turismo.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada

merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 108/85

Curitiba, 10 de junho de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, mediante doação, fazer reverter ao patrimônio do Município de Laranjeiras do Sul os lotes de terreno que especifica, doados ao Estado pelo referido Município, conforme transcrição n.º 5.596, do Livro 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul.

A doação de que trata o Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, sendo, também, justa e oportuna, tendo em vista que os lotes em questão foram doados ao Estado para construção de um estabelecimento de ensino de 2.º grau.

Ocorre que tal estabelecimento de ensino foi construído em outra área, mais ampla e adequada, igualmente doada pelo Município de Laranjeiras do Sul, que, agora, pretende a reversão dos lotes não utilizados pelo Estado, a fim de que, neles, possa edificar a "Casa da Cultura do Município".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

ANTEPROJETO DE LEI 114/85

Art.1.º- Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante doação, fazer reverter ao patrimônio do Município de Laranjeiras do Sul, os lotes n.ºs 2 e 4, da quadra 21-A, daquela cidade, havidos pelo Estado do Paraná, por doação do próprio Município, conforme Transcrição n.º 5.596, Livro 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 114/85

Curitiba, 17 de junho de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva majorar, a partir de 1.º de julho de 1985, os vencimentos dos cargos efetivos, dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar. Visa, ainda, a majoração do valor dos vencimentos dos cargos em comissão, das funções gratificadas e de outras vantagens do funcionalismo, assim como o das pensões pagas pelo Estado.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis retrata, inequivocamente, a grande e constante preocupação do Governo do Estado no sentido de manter, na medida do possível, a remuneração dos servidores públicos estaduais em níveis justos e atualizados, isto, obviamente, em perfeita harmonia com a atual conjuntura orçamentária e financeira do Paraná.

A anexa Exposição de Motivos n.º 2188/85, de 13 do corrente mês, firmada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração, apresenta maior detalhamento sobre a necessidade, oportunidade e significado da medida ora encaminhada a esse Poder Legislativo Estadual.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 110/85

Art.1.º- Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, ficam fixados, a partir de 1.º de julho de 1985, de acordo com os valores constantes dos Anexos I e II.

Art.2.º- O valor unitário do salário família, atribuído ao funcionário, por dependente legal, fica fixado em CR\$ 11.284 (onze mil, duzentos e oitenta e quatro cruzeiros).

Art.3.º- O valor mensal das pensões especiais, previsto no artigo 3.º, da Lei n.º 8.069, de 28 de dezembro de 1984, fica fixado em CR\$ 148.864 (cento e quarenta e oito mil, oitocentos e sessenta e quatro cruzeiros).

Art.4.º - A gratificação de produtividade de que trata o artigo 4.º, da Lei n.º 8.069/84, fica majorada em 89.2% (oitenta e nove ponto dois por cento).

Art.5.º - Os valores atingidos pelo artigo 5.º, da Lei n.º 8.069/84, ficam majorados em 89.2% (oitenta e nove ponto dois por cento).

Art.6.º - Os vencimentos dos cargos não abrangidos especificamente pelas tabelas anexas a presente lei, ficam majorados em 89.2% (oitenta e nove ponto dois por cento), sobre os valores vigentes em 1.º de janeiro de 1985.

Art.7.º - O vencimento mensal dos cargos em comissão de Secretários de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar e Procurador Geral do Estado, ficam majorados em 89.2% (oitenta e nove ponto dois por cento).

Art.8.º - Fica acrescido ao artigo 1.º da Lei n.º 7.637, de 10 de setembro de 1982, um inciso, representado pelo número 8, com a redação seguinte:

"8)- 10% do soldo:

Curso de Formação de Cabo ou Soldado".

Art.9.º - Fica prorrogado por 30 dias o prazo estipulado no artigo 1.º da Lei n.º 7.927, de 19 de outubro de 1984.

Art.10 - Os servidores de que trata o artigo 8.º, da Lei n.º 7.517, de 05 de novembro de 1981, passam a perceber os vencimentos fixados na Tabela I - Anexo II, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, atualizada por esta Lei, correspondentes ao mesmo padrão e referência já estabelecidos.

Art.11- A tabela de escalonamento vertical da Polícia Civil, referida no artigo 291, da Lei Complementar n.º 14, de 26 de maio de 1982, na parte relativa aos índices estabelecidos para as carreiras de Operador em Telecomunicação Policial, Carcereiro, Auxiliar de Manutenção Policial, Auxiliar de Necrópsia e Identificador Datiloscópico, fica alterada na forma do Anexo III.

Art.12- Os cargos em comissão de chefe da Coordenadoria de Orçamento e Programação, símbolo DAS-5, da Secretaria de Estado do Planejamento e de Chefe da Coordenação Administrativa e Financeira, símbolo DAS-5, da Secretaria de Estado das Finanças, ficam transformados em cargos em comissão de Diretor do Departamento, símbolo DAS-2.

Art.13- Os cargos em comissão de Direção e Assessoramento Superior, do Poder Executivo, adiante relacionados, passam a pertencer aos símbolos de vencimentos seguintes:

- DAS-1 - Diretor do Departamento de Imprensa Oficial do Estado,

Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, Diretor Superintendente da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, Diretor Superintendente da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná, Presidente da Junta Comercial do Paraná, Diretor do Instituto de Assistência ao Menor, Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem e Diretor Geral do Departamento de Trânsito;

- DAS-2 - Diretores Auxiliares do Departamento de Estradas de Rodagem;

- DAS-3 - Vice-Presidente e Secretário Geral da Junta Comercial do Paraná, Diretores do Instituto de Previdência do Estado, Diretores Regional e Técnico da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná e Diretor Adjunto do Departamento de Imprensa oficial do Estado.

Art.14- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de CR\$ 887.000.000.000 (oitocentos e oitenta e sete bilhões de cruzeiros) para atender as despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive as decorrentes da aplicação desta Lei, servindo como recursos para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no § 1.º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.15 - Esta lei entrará em vigor em 1.º de julho de 1985, ficando revogadas as disposições em contrário.

#### ANEXO I TABELA I POLÍCIA MILITAR

Soldo do Posto de Coronel..... 1.992.560

#### TABELA II COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO-CRE

Valor

- a) Agente Fiscal 1, Classe "C",  
referência IV.....1.458.912  
b) Diretor da CRE (em comissão) 1.736.801  
c) Agente Fiscal 4, Classe "D".. 660.889

#### TABELA III PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

a) PROCURADORES VALOR

- 1.ª.....3.807.650  
2.ª..... 3.579.191  
3.ª..... 3.350.732

b) ADVOGADOS

- 1.ª..... 3.122.273  
2.ª..... 2.893.814

TABELA IV  
ENGENHEIROS

Classe	Valor
1ª .....	3.792.438
2ª .....	3.419.381
3ª .....	3.083.858
4ª .....	2.781.758
5ª .....	2.479.727

TABELA V  
PODER EXECUTIVO -QUADRO GERAL

a) Vencimento para 40 horas semanais

REF		Valores em Cruzeiros									
PADRÃO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
A	629.878	640.600	651.506	662.598	673.882	685.356	697.022	708.890	720.958	733.229	745.714
B	640.856	660.934	681.645	703.006	725.033	747.751	771.183	795.348	820.270	845.971	872.480
C	658.542	688.049	718.877	751.085	784.735	819.897	856.633	895.011	935.113	977.011	1.020.787
D	716.003	753.590	793.145	834.796	878.621	924.728	973.284	1.024.380	1.074.088	1.127.399	1.183.521
E	837.724	881.680	927.987	976.681	1.026.823	1.077.633	1.131.164	1.187.468	1.246.717	1.309.106	1.374.773
F	980.105	1.030.206	1.081.219	1.134.899	1.191.392	1.250.902	1.313.495	1.379.377	1.448.709	1.521.717	1.598.505
G	1.138.680	1.195.401	1.255.088	1.317.925	1.384.000	1.453.632	1.526.867	1.603.971	1.685.081	1.766.104	1.845.402
H	1.687.165	1.768.027	1.847.449	1.931.023	2.018.988	2.111.589	2.209.019	2.311.596	2.419.514	2.533.134	2.652.719
I	1.997.753	2.089.214	2.185.500	2.286.827	2.393.480	2.505.712	2.623.847	2.748.176	2.879.034	3.016.778	3.161.728

TABELA V  
PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

b) Vencimento para 30 horas

Ref.	Valores em cruzeiros										
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
Padrão											
A	472.420	480.462	488.641	496.960	505.424	514.029	522.779	531.680	540.732	549.935	559.299
B	480.654	495.712	511.246	527.267	543.788	560.827	578.401	596.525	615.217	634.494	654.376
C	493.918	516.049	539.171	563.327	588.565	614.938	642.490	671.275	701.352	732.776	765.609
D	537.015	565.206	594.873	626.112	658.982	693.563	729.981	768.304	805.586	845.570	887.662
E	628.308	661.276	696.007	732.529	770.136	808.244	848.394	890.623	935.061	981.854	1.031.105
F	735.097	772.673	810.934	851.195	893.566	938.199	985.145	1.034.558	1.086.558	1.141.316	1.198.908
G	854.031	896.573	941.339	988.468	1.038.025	1.090.251	1.145.178	1.203.008	1.263.842	1.324.611	1.384.086
H	1.265.405	1.326.053	1.385.621	1.448.303	1.514.278	1.583.731	1.656.805	1.733.740	1.814.680	1.899.897	1.989.588
I	1.498.352	1.566.949	1.639.165	1.715.163	1.795.154	1.879.330	1.967.934	2.061.183	2.159.329	2.262.640	2.371.355

TABELA V  
PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

a) Vencimentos para 20 horas semanais											
Valores em cruzeiros											
Ref.	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
Padrão											
J	1.342.097	1.402.636	1.466.368	1.533.436	1.604.029	1.678.315	1.756.511	1.838.802	1.925.419	2.016.591	2.112.535

TABELA VI  
MAGISTÉRIO

Valores em cruzeiros											
Ref.	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
Padrão											
PA-1	733.076	755.068	777.720	801.052	825.084	849.837	875.332	901.592	928.640	956.499	985.194
PB-2	843.037	868.328	894.378	921.209	948.845	977.310	1.006.629	1.036.829	1.067.933	1.099.971	1.132.970
PC-3	1.011.644	1.041.993	1.073.253	1.105.451	1.138.615	1.172.773	1.207.956	1.244.195	1.281.521	1.319.967	1.359.566
PD-4	1.163.391	1.198.293	1.234.242	1.271.269	1.309.407	1.348.689	1.389.150	1.430.825	1.473.750	1.517.963	1.563.502
PE-5	1.337.900	1.378.037	1.419.378	1.461.959	1.505.818	1.550.993	1.597.523	1.645.449	1.694.812	1.745.656	1.798.026

TABELA VII  
PROFESSORES PRIMÁRIOS SEM HABILITAÇÃO E REGIONALISTAS

S/ HABI LITAÇÃO	549.807	566.301	583.290	600.789	618.813	637.377	656.498	676.193	696.479	717.373	738.894
REGIONA LISTA	623.115	641.808	661.063	680.894	701.321	722.361	744.032	766.353	789.344	813.024	837.415

TABELA VIII  
MAGISTÉRIO SUPERIOR

CARGO	VALOR
Instrutor do Ensino Superior.....	1.783.585
Assistente do Ensino Superior.....	1.854.929
Professor do Ensino Superior.....	1.929.126
Professor Titular.....	1.929.126

TABELA IX  
PROFESSOR DO QUADRO ÚNICO

CARGO	VALOR
LP - Licenciatura Plena -	
22 horas .....	785.863
LP - Licenciatura Plena -	
15 horas .....	551.604
LP - Licenciatura Plena -	
10 horas .....	467.264
LC - Licenciatura Curta -	
22 horas .....	675.179
LC - Licenciatura Curta -	
15 horas .....	476.142
LC - Licenciatura Curta -	
10 horas .....	461.457
NL - Não Licenciado -	
22 horas .....	564.487
NL - Não Licenciado -	
15 horas .....	471.545
NL - Não Licenciado -	
10 horas .....	449.842

TABELA X  
CARGOS EM COMISSÃO DOS PODERES  
EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO  
E DO TRIBUNAL DE CONTAS

## a) CARGOS EM COMISSÃO:

SÍMBOLO	VALOR
1-C.....	1.602.795
2-C.....	1.480.242
3-C.....	1.366.425
4-C.....	1.262.155
5-C.....	1.166.081
6-C.....	1.077.267
7-C.....	996.916
8-C.....	921.758
9-C.....	853.390
10-C.....	789.136
11-C.....	732.181
12-C.....	677.552
13-C.....	628.004
14-C.....	528.844
15-C.....	552.545

## b) DAS

SÍMBOLO	VALOR
DAS - 1.....	4.333.386
DAS - 2.....	3.969.666
DAS - 3.....	3.658.912
DAS - 4.....	3.236.465
DAS - 5.....	2.518.360

TABELA XI  
FUNÇÃO GRATIFICADA DOS PODERES  
EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO  
E DO TRIBUNAL DE CONTAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F.....	166.850
2-F.....	141.654
3-F.....	124.910
4-F.....	100.263
5-F.....	91.628
6-F.....	74.798
7-F.....	58.081
8-F.....	50.138
9-F.....	40.937
10-F.....	33.229

TABELA XII  
PESSOAL EFETIVO DOS TRIBUNAIS  
DE CONTAS, JUSTIÇA E ALÇADA

NÍVEL	VALOR
01 .....	2.242.699
02 .....	2.054.750
03 .....	1.882.128
04 .....	1.693.228
05 .....	1.555.583
06 .....	1.430.150
07 .....	1.316.000
08 .....	1.168.236
09 .....	1.070.499
10 .....	980.917
11 .....	898.840
12 .....	841.944
13 .....	758.790
14 .....	651.590
15 .....	633.712
16 .....	580.672
17 .....	532.123
18 .....	487.601

TABELA XIII  
PESSOAL EFETIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

CARGO	VALOR
Procurador.....	4.663.612
Consultor Legislativo CL-J	
Classe A - Referência 1.....	2.242.699

TABELA XIV  
PESSOAL EFETIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS

CARGO	VALOR
Consultor Técnico .....	4.663.612
Técnico de Controle TC-1	
Classe A - Referência 1 .....	2.242.699

ANEXO II  
TABELA I

CARGO	VALOR
Desembargador .....	3.635.090
Juiz do Tribunal de Alçada .....	3.453.333
Juiz de Entrância Final	
e Auditor da Justiça Militar ...	3.234.932
Juiz de Entrância Intermediária.	2.915.170
Juiz de Entrância Inicial .....	2.627.133
Juiz Substituto .....	2.367.840

TABELA II  
TRIBUNAL DE CONTAS

CARGO	VALOR
Conselheiro .....	3.635.090
Auditor .....	3.453.333
Procurador Junto ao Tribunal de Contas .....	3.453.333

EM COMISSÃO

Procurador Junto ao Tribunal de Contas .....	3.635.090
--	-----------

TABELA III  
MINISTÉRIO PÚBLICO

CARGO	VALOR
Procurador Geral da Justiça (em comissão).....	3.635.090
Procurador da Justiça.....	3.453.333
Promotor de Entrância Final.....	3.234.932
Promotor de Entrância Intermediária.....	2.915.170
Promotor de Entrância Inicial.....	2.627.133
Promotor Substituto.....	2.367.840

ANEXO III  
TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL  
A QUE SE REFERE O ARTIGO 11 DESTA LEI

CARREIRAS	CLASSE	ÍNDICE
Operador em Telecomunicação Policial	3. <sup>a</sup>	27
Operador em Telecomunicação Policial	4. <sup>a</sup>	26
Carcereiro	1. <sup>a</sup>	29
Carcereiro	2. <sup>a</sup>	28
Carcereiro	3. <sup>a</sup>	27
Carcereiro	4. <sup>a</sup>	26
Auxiliar de Manutenção Policial	1. <sup>a</sup>	29
Auxiliar de Manutenção Policial	2. <sup>a</sup>	28
Auxiliar de Manutenção Policial	3. <sup>a</sup>	27
Auxiliar de Manutenção Policial	4. <sup>a</sup>	26
Auxiliar de Necrópsia	1. <sup>a</sup>	29
Auxiliar de Necrópsia	2. <sup>a</sup>	28
Auxiliar de Necrópsia	3. <sup>a</sup>	27
Auxiliar de Necrópsia	4. <sup>a</sup>	26
Identificador Datiloscópico	1. <sup>a</sup>	29
Identificador Datiloscópico	2. <sup>a</sup>	28
Identificador Datiloscópico	3. <sup>a</sup>	27
Identificador Datiloscópico	4. <sup>a</sup>	26

A Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.  
O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, regime de URGÊNCIA para os Projetos de Lei n.ºs 30/85; 66/85; 76/85; 77/85 e 84/85.  
Sala das Sessões, em 17/06/85.  
(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.  
O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que passem a tramitar,

em REGIME DE URGÊNCIA, os Projetos de Lei n.ºs 175/84 e 264/85, de sua autoria, os quais dispõem, respectivamente, sobre a "atribuições à funcionária pública estadual que adotar menor os mesmos benefícios outorgados à funcionária gestante" e "autoriza o Governador do Estado a dispor dos bens arrecadados por herança vacante, destinando-os para entidades assistenciais".  
Sala das Sessões, em 17/06/85.  
(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.  
O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consagração na ata dos trabalhos da sessão de hoje, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de



Lei n.º 181/84, que denomina a Rodovia 456 "Moacir Júlio Silvestre", de sua autoria.

Sala das Sessões, em 17/06/85.

(a) LEÔNIDAS CHAVES.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 110/85, oriundo da Mensagem Governamental n.º 114/85, datado de 17.06.85 e que objetiva majorar, a partir de 1.º de julho de 1985, os vencimentos dos cargos efetivos, dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, bem como a majoração do valor dos vencimentos dos cargos em comissão, das funções gratificadas e de outras vantagens do funcionalismo e ainda das pensões pagas pelo Estado.

Sala das Sessões, em 17/06/85.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, artigo 126, REQUER, a juntada do Projeto de Lei n.º 100/82, que ora se encontra arquivado, ao Projeto de Lei n.º 97/85, de sua autoria, em tramitação, que cria o Município de Nova Tebas.

Sala das Sessões, em 17/06/85.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MIRIAM DE OLIVEIRA LARA, ocorrido na cidade de Guarapuava, no dia 11 do corrente mês.

A extinta era pessoa largamente conhecida na comunidade guarapuavana, prestando relevantes serviços na área da saúde e, com o seu passamento, consternou aqueles que a conheciam.

Uma vez aprovado o presente, solicito que se dê ciência à família enlutada na pessoa de sua mãe, Senhora CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA, à Rua Dr. Laranjeiras 1249, Guarapuava.

Sala das Sessões, em 17/06/85.

(a) LEÔNIDAS CHAVES.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor MARCOS VICENTE BETINI, nesta Capital.

REQUER, outrossim, seja dado ciência da decisão do plenário, com envio de expediente à família enlutada, à Rua Léo Kesler 32, Guabirota.

Sala das Sessões, em 17/06/85.

(a) NESTOR BAPTISTA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido, nesta Capital, da Senhora ROSINHA ZONATTO.

Tal passamento vem consternar a nossa sociedade face a extinta ser tronco de tradicional família curitibana.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, à Rua Henrique Itiberê da Cunha n.º 566.

Sala das Sessões, em 17/06/85.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador do Município de Quatro Barras, Hugo Creplive Filho.

REQUER, ainda que da decisão do Plenário, seja dado conhecimento aos familiares do falecimento, na pessoa de seu genitor Senhor Hugo Creplive.

Sala das Sessões, em 17/06/85.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

#### JUSTIFICATIVA:

O jovem Hugo Creplive Filho, descendente de tradicional família do Município de Quatro Barras, perdeu a vida em lamentável acidente automobilístico em nossa Capital, deixando uma grande lacuna naquele município, pois era possuidor de grandes amizades e bom amigo de toda comunidade.

Na última eleição, disputou uma vaga de Vereador onde foi eleito com invejável votação, e, atualmente ocupava o cargo de 1.º Secretário Legislativo do local.

Quatro Barras está de luto, pois viu um de seus mais queridos filhos desaparecer tragicamente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ADÃO DA SILVA, ocorrido no último dia 12 na cidade de CLEVELÂNDIA.

REQUER, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17/06/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O trágico acontecimento que ceifou a vida de ADÃO DA SILVA, motorista de taxi da cidade de Clevelândia, assassinado brutalmente por quatro marginais assaltantes, consternou toda a comunidade de Clevelândia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Excelentíssima Senhora AMÉLIA VIEIRA DA SILVA CÉSAR, ocorrido em data de ontem, 12 de junho de 1985, e progenitora do Deputado Estadual DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares da extinta, endereçando-se para: Ilmo. Senhor ROGÉRIO DE ALMEIDA CÉSAR JÚNIOR - Alameda Cabral n. 471 - Apt. 72-B - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 17/06/85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário seja consignado em ata voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor NATALÍCIO FLORENTINO ALVES, ocorrido dia 08 de junho corrente, em Cascavel, solicitando o envio de cópia deste expediente aos familiares.

Sala das Sessões, em 17/06/85.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Pessoa muito estimada no seio da comunidade, por seu comportamento social e familiar, o Senhor Natalício foi um dos grandes pioneiros que auxiliaram no desbravamento de Cascavel, contribuindo com seu trabalho e dedicação à causa comunitária no desenvolvimento da comunidade rumo ao seu destino de progresso.

O seu passamento deixa uma sentida lacuna na sociedade cascavelense. Apresentamos este requerimento como nossa última homenagem a esse grande homem, que terá seu nome gravado na história de Cascavel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consagração de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Leonel Prado Martins, ocorrido no dia 11 do corrente mês, nesta Capital e que seja dado ciência do teor do presente requerimento a viúva Senhora Gabriela Curi Martins (Rua Buenos Aires, 1382), a Sra. Herondina Carneiro (Rua Comendador Araujo, 279 ap.404) e ao Sr. Divonsir Borba Cortes (Rua D. Rocha Filho, 1164).

Sala das Sessões, em 17/06/85.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

JUSTIFICATIVA:

O extinto que desapareceu aos 72 anos, era advogado, ex-presidente do Rotary Club Curitiba Leste e ex-Provedor da Santa Casa de Curitiba, deixando viúva a Sra. Gabriela Curi e um filho: Setembrino Aurélio Martins.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consagração de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marieta Capelari Busato, ocorrido no dia 10 do corrente mês, nesta Capital, e que seja dado ciência do teor do presente requerimento a seu filho, Anacleto Busato (Rua Itupava, 753).

Sala das Sessões, em 17/06/85.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. LEONEL PRADO MARTINS, ocorrido nesta Capital.

REQUER, ainda, que do presente dê-se ciência à família enlutada - Rua Buenos Aires, n. 1.382 - Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 17/06/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O extinto pertencente a tradicional família paranaense, deixa viúva D. GABRIEL CURI MARTINS e um filho.

O passamento do Doutor LEONEL PRADO MARTINS, advogado e Presidente da Junta de Recursos da Previdência Social, veio abrir enorme lacuna no seio da família e da sociedade local, onde gozava do mais alto conceito junto aos muitos amigos que possuía.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com base no art.134, § 1.º, inciso VI, do Regimento Interno, o Deputado abaixo assinado, REQUER que, após ouvido o Plenário, conste da ata da sessão de hoje, um voto de congratulações ao Ten. Cel. ELIZEU FERRAZ FURQUIM.

Com uma brilhante carreira junto à Polícia Militar, o Cel. Furquim assumiu e exerceu importantes funções, tais como: Assessor Especial de Segurança e Informações da Reitoria da Universidade Federal do Paraná e Comandante do 7.º e 4.º BPM.

Tendo, ainda, sido Diretor da Prisão Provisória de Curitiba, Chefe da Coordenadoria do Sistema Penitenciário, da Secretaria da Justiça e Assessor Militar da Secretaria de Segurança Pública, foi designado para assumir o Comando do Batalhão da Polícia Rodoviária, cargo este que exerce atualmente.

Por merecimento, foi promovido a Cel. QOPM, por decreto do Governador José Richa.

Dado seu relevante serviço prestado à comunidade paranaense e, ao título reconhecidamente ganho, nada mais justo que darmos ao ilustre Cel. ELIZEU FERRAZ FURQUIM as nossas jubilosas congratulações.

REQUEIRO que, cópia deste expediente, seja encaminhada ao interessado.

Sala das Sessões, em 17/06/85.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. Mário José de Faria Ferraz, Presidente da APAE de Maringá, pela promoção do XXII ENCONTRO DAS APAEs do PARANÁ.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

## JUSTIFICATIVA:

Nos dias 08 e 09 de junho, realizou-se em Maringá, o XXII Encontro das APAEs do Paraná, onde se discutiu os principais problemas e soluções para os excepcionais do nosso Estado. O bom nível dos debates, sem dúvida, forneceu muitos subsídios para a discussão dos temas que mais afligem as APAEs do Paraná.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações aos Srs. Chaim Jugend e Hans Helmut Behrend, pela eleição de ambos como Vice-Presidente e suplente na Federação Nacional das APAEs.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

## JUSTIFICATIVA:

O trabalho desenvolvido pelas APAEs do Paraná, vem refletir as posições que ocupam seus dirigentes a nível nacional, que não têm poupado esforços para propiciar melhores condições aos excepcionais de nosso Estado.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, de votos de congratulações, com inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, pelo transcurso do 50.º aniversário de fundação dos ALCOÓLICOS ANÔNIMOS, transcorrido no último dia 10 de junho de 1985.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à Presidência da Central de Alcoólicos Anônimos do Paraná - Rua Desembargador Westphalen, 15, 11.º andar - s/1101 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

## JUSTIFICATIVA:

É inegável a finalidade beneficente e filantrópica da instituição cuja fundação se deu na cidade de Akron - EEUU, através de um corretor da bolsa de valores e um médico, ambos alcoólatras. A iniciativa foi de tal natureza bem sucedida que hoje, em todos os cantos do mundo são conhecidos os grupos de Alcoólicos Anônimos. Louvamos o esforço dispendido por homens e mulheres que se empenham em salvar-se e salvar a vida daqueles que estão conscientes que, sem ajuda, dificilmente conseguirão superar a doença do alcoolismo.

A nossa homenagem aos valores humanos que tal qual Fênix, ressurgem motivados pela força de vontade daqueles que se propõem a participar de uma maratona interminável, cujo prêmio é "evitar o primeiro gole nas próximas 24 horas".

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração nos Anais da Casa, de um voto de regozijo pela inauguração do Estádio de Futebol PINHEIRÃO, dia 15 de junho do vigente ano.

Requer, ainda, seja encaminhada cópia deste expediente, ao Sr. Presidente da Federação Paranaense de Futebol, Dr. Onaireves Rolim de Moura, Rua Victor Ferreira do Amaral, 1930.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL

## JUSTIFICATIVA:

O Estádio Pinheirão representa o sinal verde para o desenvolvimento do desporto paranaense, notadamente o futebol.

Sua inauguração, marcada para o dia 15 de junho, é o símbolo do arrojo e de fecunda administração da atual diretoria da Federação Paranaense de Futebol, tendo à frente o dinamismo do presidente Onaireves Rolim de Moura, cuja inteligência tem sido posta a serviço do desporto do Paraná, que vive novos tempos e perspectiva de um porvir

vitorioso. E o Pinheirão contribuirá para que isto aconteça.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração nos Anais da Casa, de um voto de regozijo pela posse do Sr. Aldo Mandalozo, na Governadoria do Serra Clube Internacional.

Requer, ainda, o envio de cópia ao Serra Clube Cidade Sorriso de Curitiba, à Av. Presidente Getúlio Vargas, 2350, apt. 16-B.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

O Serra Clube Internacional é uma associação de leigos a serviço das vocações sacerdotais e religiosas e está disseminado em todo o mundo. No Brasil, existem cerca de 70 clubes e no Paraná, nove.

É um movimento que funciona nos moldes de um clube de serviços e vem sendo fortalecida pela adesão de voluntários leigos que a cada dia buscam consagrar sua ação apostólica na Pastoral Vocacional à qual está inscrito o movimento "Serra".

A eleição do Sr. Aldo Mandalozo representa um impulso no movimento do Paraná pelo vigor e disponibilidade que caracterizam sua vida.

Sua meta é incrementar o crescimento do trabalho dessa instituição no Paraná que, certamente, passará a ter durante sua gestão, de novos clubes em cidades-pólos como Londrina, Maringá, Paranavaí, Campo Mourão, dentre outros.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consagração na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações à UPES – União Paranaense dos Estudantes de Primeiro e Segundo Graus, pela comemoração, no dia de hoje, dos seus 40 anos de existência, com o conseqüente encaminhamento ao jovem Presidente em exercício, Elton Sadi Fülber.

Os últimos vinte e um anos foram marcados por constantes desigualdades sociais. De 1964 para cá, o abismo entre os poucos ricos e muito pobres, aumentou.

O saldo da ação do regime militar imposto ao conjunto da Nação, sem portanto o jugo popular que o legitimasse, foram muitos, todos, entretanto, fundamentalmente voltados para os interesses do capital nacional e estrangeiro.

No que diz respeito ao sistema educacional, as conseqüências negativas são muitas. As estatísticas apontam o crescimento numérico. Isto como se constata com relação ao analfabetismo cuja taxa caiu de 46,8 por cento, em 1960, para 32 por cento, em 1980, e a população em idade pré-escolar, praticamente desassistida na década de 60, viu as matrículas da pré-escola mais que quintuplicarem, depois de 1970.

No entanto, tais índices não podem e nem se pretende egá-los, que foram melhores se comparados com o que até então existia. Mas, ao comparar estes mesmos dados com o

Curitiba, segunda, em 17.06.85

crescimento populacional brasileiro, percebe-se facilmente que um grande número de crianças estariam privadas de um dia poderem freqüentar os bancos escolares. Para justificar esta afirmativa, basta apresentar um exemplo: o número de analfabetos em nosso País aumentou, passando de 15,6 milhões, em 76, para 16,9, em 1981.

Enfim, a realidade educacional que vivenciou nestas mas de duas décadas no plano geral não foram boas como aparentemente podiam aparecer. Isto sem falar a situação e o modo que se procedia este mesmo sistema de aprendizado.

A cada ano que se passava a estrutura educacional decaía cada vez mais. Aos poucos, a sociedade brasileira e particularmente a educacional, percebia as contradições facilmente detectadas.

Em conseqüência disto, os estudantes e professores procuram se organizar, a fim de determinar uma postura crítica perante o ensino.

Deste modo, os estudantes partiram para sua organização, criando suas entidades capazes de os representarem.

No Estado do Paraná, a nível de primeiro e segundo graus, era então fundada a UPES – União Paranaense dos Estudantes, no dia 17 de junho de 1945. Surgia no bojo do espírito de luta e da combatividade dos jovens daquela época.

Nestes 40 anos de existência, a UPES teve, sem dúvida alguma, momentos marcantes, não somente no seio do estudantado, mas nos movimentos sociais que objetivavam a defesa de um Brasil para os brasileiros, acima de tudo.

Bravos foram os estudantes. Foram corajosos porque souberam resistir contra a pressão e a repressão dos governos autoritários que não queriam a organização da juventude estudantil. Muitos morreram ou estão até hoje desaparecidos.

A UPES foi também o berço de nascimento de diversas lideranças que adquiriram, na prática do movimento que conduziam, uma consciência crítica, real e libertadora.

Não poderia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrar nos Anais deste Poder, votos de congratulações à UPES, pelo seu inegável papel capaz de contribuir, como sempre o fez, para a transformação que tanto a sociedade de um modo geral almeja, não somente no plano educacional, mas no âmbito político e econômico, principalmente.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO que cada dia que passa novos agrotóxicos são lançados no mercado, sem contudo conhecermos as conseqüências futuras que esses produtos poderão causar;

CONSIDERANDO que todos os anos milhares de agricultores se intoxicam com o uso destes agrotóxicos e centenas deles perdem a vida;

CONSIDERANDO que os agrotóxicos deixam resíduos onde quer que sejam aplicados, às vezes inalterados em sua forma original, outras vezes sob forma de produtos degradados que podem ser tóxicos. Alguns podem permanecer no solo para a cultura, da cultura para o animal e do animal para o homem. Portanto, os agrotóxicos vêm

pondo em perigo, tanto os agricultores como a população das cidades que ficam expostos através do uso desses venenos, do consumo da água e alimentos contaminados;

CONSIDERANDO que o próprio Ministério da Agricultura admite que a ingestão diária e prolongada de resíduos de alguns agrotóxicos presentes em alimentos, pode, em alguns casos, determinar efeitos teranogênicos, mutogênicos ou carcinogênicos;

CONSIDERANDO, ainda, o Anexo I da Portaria 04 - DISAD - Ministério da Saúde, de 30 de abril de 1980, que disciplina a classificação toxicológica dos agrotóxicos, diz:

Enquadram-se como produtos fitossanitários da classe I (altamente tóxicos):

Letra H - as substâncias cujos testes em laboratórios tenha revelado propriedades carcinogênicas, teratogênicas, mutagênicas ou, que prejudiquem o processo reprodutivo dos animais testados;

CONSIDERANDO, portanto, que produtos que apesentam estes dados em outros países, são imediatamente proibidos, aqui no Brasil existe esta Portaria que autoriza o uso. É um absurdo. O Ministério da Agricultura vem autorizando o uso de agrotóxicos em culturas não autorizadas pelo Ministério da Saúde. Ex. ALDRIN só foi autorizado para uso em cereais, pelo Ministério da Saúde, na cultura de arroz (tratamento de semente) e o Ministério da Agricultura autorizou o uso para tratamento de sementes de milho, trigo, aveia, centeio e cevada;

CONSIDERANDO que no ano passado foram denunciados 59 integrantes ativos que não possuíam tolerâncias estabelecidas pelo Ministério da Saúde e estavam autorizados irregularmente pelo Ministério da Agricultura para uso em culturas no Brasil. Produtos que há mais de 25 anos não possuíam estes dados num prazo de dois meses foram legalizados;

CONSIDERANDO que produtos com um mesmo ingrediente ativo, mesma concentração, mesma modalidade de emprego, para a mesma cultura, mesmo tipo de formulação com o registro para uma firma na dosagem de 10 kg/ha e para a outra 90 kg/ha;

REQUER seja encaminhado aos Srs. Ministros da Agricultura e da Saúde, o mais veemente apelo no sentido de que seja realizada uma SINDICÂNCIA nos citados Ministérios da Saúde e da Agricultura, por uma comissão a ser criada, composta por Engenheiros Agrônomos, Médicos, representantes de Associações Ecológicas, não pertencentes aos quadros dos Ministérios envolvidos no processo de registro de venenos, e seja verificada a forma com que foram registrados e autorizado o uso de todos os agrotóxicos no Brasil.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) PAULO FURIATTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no sentido de que, mediante disponibilidade, determine a liberação de recursos orçamentários a serem aplicados na construção da sede própria da APMI - Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Araruna.

A cidade de Araruna já carecia de há muito tempo,

de um local destinado a abrigar crianças desprovidas de qualquer condição social favorável. Tais crianças, vivendo na maioria das vezes, pelas ruas a mendigar, sempre ficaram sem amparo.

Diante deste quadro, um grupo numeroso de senhoras da sociedade ararunense, numa ação conjunta, resolveram criar uma instituição com o firme propósito de dar uma orientação às referidas crianças. Atualmente existe a APMI resultado, na verdade, do esforço das senhoras.

A APMI vem desenvolvendo uma série de programas de reintegração das crianças, o que, aliás, já vem surtindo bons efeitos.

Entretanto, há a real necessidade de ampliar este trabalho, a fim de que novos e importantes objetivos possam ser alcançados, visando colocar as crianças no perfeito enquadramento da sociedade.

Neste sentido, a Ilustríssima Sra. Faustina de Fátima Simoneto Valarini, Presidente da APMI, está reivindicando do Governo do Estado, recursos financeiros para a construção da sede própria da mencionada entidade, o que por certo ampliará ainda mais a sua atuação.

Face ao exposto, espera-se do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, o pronto atendimento do que ora é reivindicado.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Dr. Aureliano Chaves, Ministro das Minas e Energia, congratulando-se com a determinação para o reinício do processo de venda de veículos novos, zero quilômetro, com isenção de imposto (IPI), a proprietários de táxis, para serem utilizados no serviço de transporte de passageiros.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A medida adotada, certamente beneficiaria os profissionais do volante, no processo de renovação da frota de táxis, que estão obrigados a proporcionar condições para que possam adquirir veículos novos sem a incidência do imposto de IPI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, visando a reabertura da estrada do Rio Claro ligando a Fazenda Morurê à direita da ponte nova (mais ou menos três mil metros), localizada na municipalidade de Engenheiro Beltrão.

A iniciativa da presente solicitação é do Excelentíssimo Sr. Sebastião de Assis. Este líder comunitário que ocupa uma cadeira no Poder Legislativo daquela cidade, afirma ser de fundamental importância desenvolver as referidas obras no sentido de adequar melhor aquele trecho de estrada à realidade que se verifica nos dias de hoje.

Face ao exposto, aguarda-se um pronunciamento favorável por parte da Secretaria de Estado dos Transportes, concretizando o que ora é reivindicado.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Presidente da COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, encarecendo a doação de terrenos aos mutirantes do conjunto construído na municipalidade de Campo Mourão.

A presente medida, quando efetivamente posta em prática, permitirá, sem dúvida alguma, uma redução muito sensível no valor das prestações atualmente pagas em relação à casa própria. A constatação foi feita recentemente pelo responsável do CETAS – Centro de Triagem e Assistência Social de Campo Mourão. Segundo a Ilustríssima Sra. Cidália Guimarães de Araújo, muitas são as famílias que, embora por muitas vezes não atrasando o pagamento das mensalidades têm encontrado dificuldades para mantê-las, face ao custo de vida que não é nada favorável.

Deste modo, espera-se que essa Companhia, juntamente com a Secretaria de Estado do Interior, estude uma forma de, no menor espaço de tempo possível, autorizar a doação da referida área para cada mutirante, resolvendo tal problemática.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado das Finanças, protestando contra o possível fechamento da Agência de Rendas, localizada na municipalidade de Fênix.

Torna-se absolutamente indispensável fazer qualquer comentário, por menor que seja, quanto a importância de existir uma Agência de Rendas no Município de Fênix.

Neste sentido, o seu fechamento só implicará em diversos transtornos para os usuários do citado serviço, conforme informa o Excelentíssimo Sr. Vereador José Roberto Sales, que alerta para tal fato, cuja situação motivou a apresentação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições estatutárias, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Banco do Brasil S/A, através de sua Vice-Presidência Administrativa, Dr. Francelino Pereira, solicitando a instalação de uma agência do referido Banco no Município de Diamante do Norte.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Diamante do Norte está localizado em meio a um grande centro produtor de café da Região Noroeste do Estado do Paraná, região esta que gera grande riqueza para toda região, uma vez serem estes produtores, na sua grande maioria, pequenos e médios produtores.

Acontece que, não possuindo o município uma Agência do Banco do Brasil S/A, todos os produtores são obrigados a se deslocarem até a vizinha cidade de Nova Londrina, onde fazem seus depósitos, financiamentos e pagamentos.

Isto acarreta imensos prejuízos a todos os munícipes de Diamante do Norte, que vêem todo o esforço do trabalho dos seus habitantes, serem gastos e depositados em uma cidade vizinha, enfraquecendo seu comércio, sua prestação de serviços e conseqüentemente, sua arrecadação de impostos municipais e até estaduais.

Sabedores que somos de que a Superintendência Estadual do Paraná do Banco do Brasil S/A, já possui todos os estudos para a implantação da referida agência, faltando tão somente a autorização da Vice-Presidência Administrativa na pessoa do Dr. Francelino Pereira, requeremos não só para o bem e progresso da região, como também para o progresso do próprio Banco do Brasil S/A, que temos absoluta certeza, muito irá beneficiar e arrecadar instalando uma agência no Município de Diamante do Norte.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-firmado, no uso de suas atribuições mandatárias e faculdades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, pedindo a criação do Distrito Judiciário de Diamante do Oeste, no Município de Matelândia - PR.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

#### JUSTIFICATIVA:

1. O Distrito Judiciário de Diamante do Oeste, se justifica pela distância em que está aquela comunidade, da sede do município, e pelo volume de atendimentos públicos dessa área, reclamados pela população.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições estatutárias, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica do Contorno à Cidade Gaúcha, conforme projeto protocolado sob o número 1039/85, e que se encontra em poder da Diretoria de Apoio Rodoviário, nesta Secretaria.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO

#### JUSTIFICATIVA:

Justificamos nosso requerimento, pedindo a pavimentação asfáltica do Contorno à Cidade Gaúcha, uma vez que a PR-082, cruza todo o centro da cidade, causando inúmeros problemas à municipalidade, tais como:

a. Muito tráfego, com perigo para os pedestres e escolares.

- b. Tráfego pesado, deteriorando rapidamente as vias públicas, custando muito à Prefeitura, cada vez que tem que restaurar os estragos causados pelos veículos de carga e pesados.
- c. Prejuízo ao comércio, pois impossibilita ao tráfego normal, da cidade, que percorra normalmente as vias de acesso e estacione para suas compras.
- d. Segurança e objetividade, pois, não se pode conceber uma cidade cuja via principal é uma rodovia, com tráfego pesado, alta velocidade, com perigo aos pedestres, escolares e propriedades à sua volta.

Solicitamos, pois, uma providência urgente, quanto a pavimentação asfáltica deste contorno, pois já existe projeto do mesmo em poder da Diretoria de Apoio Rodoviário do DER, arquivado e protocolado sob o número 1039/85, nesta Secretaria, o que traria não só benefícios aos munícipes, como também auxiliaria em muito o progresso desta cidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Superintendente da SUREHMA Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, objetivando a imediata perfuração de um poço artesiano para o Distrito Administrativo de Corumbataí do Sul, pertencente à municipalidade de Barbosa Ferraz.

O serviço de água que existe naquele importante distrito não é suficiente para atender toda a demanda da população lá existente. As reclamações neste sentido, têm sido muitas.

Para eliminar de vez com o referido problema, somente será possível se for construído um poço artesiano, conforme iniciativa do Ilustríssimo Senhor Jair Cândido Almeida.

Face ao exposto, é de se esperar dessa Superintendência e Secretaria do Interior, o encaminhamento de medidas que possam vir de encontro ao que ora é reivindicado, já que se trata de algo extremamente imprescindível para o setor de abastecimento de água.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Luiz Cordoní Jr., solicitando a instalação de um Distrito Sanitário em Toledo.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito Sanitário sediado em Cascavel, e que atende as necessidades do Posto de Saúde de Toledo, se encontra sobrecarregado, por ter que atender a mais de vinte municípios da região.

Por outro lado, a instalação de um Distrito Sanitário

em Toledo, a exemplo da instalação de outros organismos regionais de empresas e órgãos públicos estatais, vem sempre para o benefício de todo o Oeste, na medida em que facilita o atendimento não apenas para Toledo, mas também para, pelo menos, dez municípios vizinhos, o que contribuiria sobremaneira para desafogar os serviços em Cascavel, melhorando o atendimento à população, facilitando, inclusive, a locomoção dos cidadãos das localidades beneficiadas.

A instalação em Toledo, do Distrito Sanitário, viria melhorar também as condições de atendimento nas áreas específicas de atendimento aos casos de Mal de Hansen, Tuberculose e, principalmente, aos casos de Psiquiatria, freqüentemente registrados no Posto de Saúde e na Secretaria Municipal de Saúde, pois são os Distritos Sanitários que possuem pessoal e equipamentos especiais para esses tipos de atendimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da TELEPAR, solicitando urgentes providências com vistas à instalação de um telefone comunitário, no Conjunto Habitacional Henrique Alves Pereira, no Município de Ibiporã.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

O Conjunto Habitacional Henrique Alves Pereira é habitado por um grande número de pessoas, que necessitam com urgência de um telefone comunitário, que sem dúvida trará grandes benefícios aos seus moradores, que passaram a dispor de uma comunicação mais rápida.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. JOSÉ SARNEY, e ao Excelentíssimo Sr. Ministro dos Transportes, Affonso Camargo, apoiando teor do pronunciamento do Senador Enéas Faria, proferido pelo mesmo, no Senado Federal, no dia 03 de abril de 1985.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A construção de uma ponte sobre o Rio Paraná, ligando nosso Estado ao de Mato Grosso do Sul, significa em termos políticos, econômicos e sociais, uma aspiração das mas justas, notadamente quando a origem é viabilizar os meios para potencializar a economia nacional. O pronunciamento do Senador Enéas Faria, apoia-se em razões claras e objetivas que não podem ser ignoradas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Sra. Secretária da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando



que, através da FUNDEPAR, sejam procedidas reformas e/ou reconstruções nos prédios que abrigam as Escolas, conforme segue:

1. ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOÃO – Comunidade Dezessete – MANOEL RIBAS:  
Reconstrução de:
    - a. Uma sala de aula
    - b. Sanitários
    - c. Cozinha
    - d. Dependências p/Setor Administrativo.
  2. ESCOLA ESTADUAL MARECHAL FLORIANO PEIXOTO – Comunidade de Vaca Gorda – MANOEL RIBAS:  
Reconstrução de:
    - a. Uma sala de aula
    - b. Sanitários
    - c. Cozinha
    - d. Dependência p/Setor Administrativo.
- Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.  
(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Manoel Ribas não conta com recursos necessários para proceder as reformas e/ou reconstruções das Escolas acima enunciadas, e ambos os prédios estão em precaríssimas condições, colocando em risco a saúde de professores e alunos. Tanto as professoras como os alunos, precisam contar com melhores instalações, ou pelo menos, com um mínimo de conforto.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, no sentido de que sejam liberados recursos para a construção de uma quadra de esportes no Distrito Administrativo de Bela Vista do Piquiri, pertencente à municipalidade de Campina da Lagoa.

O importante Distrito Administrativo de Bela Vista do Piquiri congrega um expressivo número de pessoas que são, em grande parte, habitantes jovens que estudam e trabalham. Justamente estes mesmos jovens estão, atualmente, a reclamar da falta de um local onde possam praticar esportes.

Por sua vez a Administração Municipal daquela cidade, chefiada pelo Excelentíssimo Sr. Dr. Joaquim Antônio de Lima, reconhece a importância assim como da necessidade que se reveste a reivindicação, que é no sentido de se construir uma quadra poliesportiva.

Entretanto, a insuficiência de recursos não permite realizar aquela aspiração dos jovens de Bela Vista do Piquiri, conforme informa a Prefeitura local.

Neste sentido, a sugestão apresentada pelo Ilustríssimo Sr. Antonio Daniel Scares, suplente de Vereador de Campina da Lagoa, com apoio do Prefeito Municipal, visa obter recursos que permitam garantir a construção de uma quadra através de verbas a serem repassadas por essa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

Curitiba, segunda, em 17.06.85

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR – Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, encarecendo a liberação de cem (100) carteiras para o Colégio Estadual Vicente Leporace – Ensino de Primeiro e Segundo Grau, localizado na municipalidade de Boa Esperança.

Tendo em vista o grande número de alunos que foram regularmente matriculados no início deste ano letivo, constatou-se a falta de carteiras escolares para acomodar a todos nas dependências do tradicional estabelecimento de ensino de Boa Esperança, que é o Colégio Vicente Leporace.

Neste sentido, para por fim àquela problemática, a direção escolar, cuja responsabilidade é da Ilustríssima Sra. Lourdes Aparecida Pissinati Rabelo, torna-se indispensável liberar cem (100) carteiras, o mais urgente possível, através dessa FUNDEPAR.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Presidente da SANEPAR – Saneamento do Paraná, no sentido de que implante uma rede de água na localidade de Jaracatiá, pertencente à municipalidade de Goicêrê.

Os moradores da localidade de Jaracatiá, há muito tempo estão a exigir a implantação de uma rede de água. O problema, mais uma vez, veio à tona, desta feita através de preocupação manifestada pelo Excelentíssimo Sr. George Gonçalves Paiva, Vereador daquele município.

Neste sentido, através da presente solicitação, espera-se dessa SANEPAR o encaminhamento de medidas que possam, efetiva e rapidamente, por fim ao referido problema existente em Jaracatiá.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa o artigo "INVASÃO DE PROPRIEDADES", publicado em editorial da "Gazeta do Povo", na sexta página, do dia 17 último.

Da decisão da Casa, requer seja dado conhecimento ao Sr. Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, Praça Carlos Gomes, 4, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 111/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:



Art. 1.º – Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ITAMARATI, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) PAULO FURIATTI

#### JUSTIFICATIVA:

A "Associação Beneficente Itamarati", que se pretende seja declarada de Utilidade Pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços no campo da assistência social e filantrópica, aos moradores dos Conjuntos Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, Osvaldo Cruz I e II, e arredores de nossa capital, conforme estabelece os estatutos sociais da entidade.

Com a documentação, que anexamos, fica comprovado o preenchimento dos requisitos legais para que a Associação Beneficente Itamarati, seja declarada de Utilidade Pública no âmbito estadual, o que estamos propondo à consideração dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI N.º 112/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º – O destino e disposição final de resíduos sólidos de qualquer natureza devem ser adequados de forma estabelecida em projetos específicos, aprovados pela SUREHMA, ficando vedada a simples descarga ou depósito, seja propriedade pública ou privada.

§ 1.º – Para os fins previstos nesta lei, entende-se por resíduos sólidos de qualquer natureza, os resultantes de atividade da comunidade de origem, ou seja, industrial, doméstica, hospitalar, comercial, de serviços de variação e agrícola. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água e outros gerados em equipamentos e instalação de controle de poluição, bem como determinados líquidos, cujas particularidades tornem inviável seu lançamento em esgotos ou corpos d'água ou exijam para isto soluções técnicas e economicamente inviáveis, face a melhor tecnologia disponível no momento, no País.

§ 2.º – Quando a disposição final, mencionada neste artigo, exigir a execução de aterros sanitários ou aterros toleráveis, deverão ser tomadas medidas adequadas para proteção das águas superficiais e subterrâneas, obedecendo critérios estabelecidos pela SUREHMA.

Art. 2.º – Os resíduos sólidos não devem ser lançados em cursos d'água, lagos ou lagoas, salvo na hipótese da necessidade de aterros, de lagoas artificiais ou naturais mediante a autorização prévia da SUREHMA.

Art. 3.º – Somente será tolerada a acumulação temporária de resíduos de qualquer natureza, na fonte de produção ou em outros locais, desde que não ofereça risco de poluição ambiental, e mediante autorização prévia da SUREHMA.

Art. 4.º – Os municípios deverão nos seus planos e nas suas normas subsidiárias de planejamento, prever os espaços e servidões necessárias para instalações de tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Art. 5.º – Com a finalidade de controlar a gestão de

resíduos sólidos urbanos, todos os municípios deverão formalizar projetos específicos de coleta e transporte desses resíduos, a fim de não prejudicar o meio ambiente e a Saúde Pública.

Art. 6.º – O transporte e tratamento de resíduos sólidos de qualquer natureza, de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, que não forem de responsabilidade do município, deverão ser feitos pela própria fonte geradora, ou de prepostos contratados cujos custos serão de exclusiva responsabilidade da fonte geradora.

Art. 7.º – Os resíduos de qualquer natureza, portadores de patogênicos ou de alta toxicidade, bem como inflamáveis, explosivos e outros prejudiciais, a critério da SUREHMA, deverão sofrer antes de sua disposição final no solo, tratamento e/ou acondicionamento adequados, fixados em projetos específicos, submetidos à aprovação da SUREHMA.

Parágrafo único. Os resíduos sólidos portadores de agentes patogênicos, inclusive os de estabelecimentos hospitalares e congêneres assim como alimentos e outros produtos de consumo humano condenados, deverão ser adequadamente acondicionados e conduzidos em transporte especial nas condições estabelecidas pela SUREHMA.

Art. 8.º – Os incineradores de resíduos sólidos devem atender padrões de qualidade do ar, estabelecidos pela SUREHMA, e cujo projeto específico estará sujeito à aprovação dessa autarquia.

Parágrafo único. Os resíduos sólidos de qualquer natureza não devem ser incinerados a céu aberto, salvo em situações de emergência sanitária, reconhecidas pela SUREHMA.

Art. 9.º – Os incineradores de resíduos sólidos, de portos e aeroportos, que devem ser instalados nestes locais de produção, deverão ter seus projetos aprovados pela SUREHMA, que também exercerá fiscalização de sua implantação, operação e manutenção.

Art. 10 – As pessoas físicas ou jurídicas que infringirem esta lei, serão punidas com multa de 5 a 100, valores de referência regionais por dia, enquanto perdurar a infração.

Parágrafo único. A aplicação das penalidades de que trata este artigo, não impede que outras ações paralelas de responsabilidade penal sejam tomadas.

Art. 11 – Esta lei será regulamentada dentro de 60 dias, a contar de sua publicação.

Art. 12 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) PAULO FURIATTI

#### PROJETO DE LEI N.º 113/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º – Fica denominada RODOVIA DEPUTADO BENEDITO LÚCIO MACHADO, a Rodovia PR-424, que liga o Município de Itararé, ao Município de Siqueira Campos.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1985.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

BENEDITO LÚCIO MACHADO, nascido em Santo

Antônio da Platina no ano de 1930, depois de passar a infância com bastante dificuldade, começou a trabalhar muito cedo e logo nos primeiros anos de sua juventude, dedicou-se às atividades comerciais, mas a atividade política é que iria marcar definitivamente a vida de Benedito Lúcio Machado, eleito vereador pelo então Partido Trabalhista Brasileiro no ano de 1958, teve no legislativo municipal daquele município, uma das atuações mais brilhantes sendo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, 1.º Secretário e finalmente Presidente.

Em 1963 Santo Antônio da Platina elegia Benedito Lúcio Machado seu prefeito Municipal. Durante os cinco anos que exerceu seu mandato, fez uma administração voltada principalmente ao atendimento do povo menos favorecido.

Em 1970, saía candidato a Deputado Estadual, conquistando a primeira suplência da bancada estadual do então Movimento Democrático Brasileiro.

Em 1974, elegia-se Deputado Estadual, combativo, atuante, Benedito Lúcio Machado marcou a sua passagem no Legislativo Estadual, principalmente pela assiduidade com que assumia a tribuna da Assembléia Legislativa, sempre reivindicando benefícios para a região Norte Pioneiro do Estado, região que representava no Poder Legislativo estadual. Porém, em julho de 1978, quase no término do seu mandato parlamentar, o brilhante homem público foi surpreendido por um enfarte fulminante que o levou à morte.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está finda a leitura do expediente, que incluiu a leitura da Mensagem Governamental que visa majorar os vencimentos dos cargos efetivos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo e Tribunal de Contas do Estado.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Péricles Pacheco, inscrito.

O SR. PÉRICLES PACHECO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“A decisão da Câmara dos Deputados, semana passada, em Brasília, sepultando a idéia da eleição em dois turnos em 15 de novembro próximo, sacramentou aquilo que sempre entendemos fosse — como o é — a vontade da Nação. Tratava-se de proposta que, em síntese promoveria, de fato, uma espécie de retorno ao bi-partidarismo que todos nós condenamos.

Clarifica-se, com a decisão dos Deputados Federais, o quadro político-partidário com vistas ao grande embate democrático que o País viverá em novembro, de especiais contornos para a vida da metade da população brasileira, pois se estima que 50% dos brasileiros hoje residem nas capitais de Estado e nas regiões metropolitanas de nossas capitais.

Diante desses números, há uma insofismável realidade neles embutida. Desnecessário, parece-nos — é nos alongarmos em considerações sobre os aspectos substantivos desses pleitos cujas repercussões de ordem econômico-social andarão emparelhados com as de natureza política. Pois, naturalmente, a partir das eleições de 15 de novembro, com todas as franquias democráticas propiciadas pela Nova República, é óbvio admitir o fatal surgimento de lideranças que ganharão projeção e espaço no concerto da Nação.

É preciso enxergar nessas tão esperadas eleições — que também devolverão aos municípios considerados área de segurança nacional e estações hidrominerais o direito de escolha de seus mandatários — bem mais do que um

simples embate eleitoral.

Acreditamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que o pleito de 15 de novembro constituir-se à grande teste democrático e de educação cívica a que a Nação será submetida e aos quais responderá com o melhor descortínio, escolhendo aqueles que julgar melhores equipados para os mandatos dos executivos municipais.

E porque nos colocamos diante de tal perspectiva, a do teste democrático nas urnas a que se submeterá a Nova República, é que advogamos para o nosso partido — o Partido da Frente Liberal — que marche com os candidatos próprios em 15 de novembro, muito particularmente nas capitais, estes grandes centros urbanos que são o maior termômetro da opinião pública brasileira.

Assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, achamos oportuno registrar nossa opinião — e que acreditamos seja compartilhada por muitos outros companheiros de nosso partido, — totalmente favoráveis a que o Partido da Frente Liberal concorra, particularmente no caso de Curitiba, com candidato próprio, nas eleições de novembro.

As razões são lineares, simples. Em primeiro lugar, por acreditarmos que um partido só se afirma na medida em que se coloca no campo de batalha, oferecendo seus postulados, seu programa, os homens e as idéias que o compõem, ao julgamento da opinião pública, ao veredicto do eleitor.

A segunda justificativa para tal posição se encontra na confiança e na segurança com que, acreditamos, o PFL pode expor seus quadros e a biografia político-administrativa e legislativa de seus membros. Esta segurança de que o PFL conta com nomes de primeira plana dispostos a oferecer seu contributo à cidades como Curitiba dá-nos a certeza da irrefutabilidade desta posição.

Registramos, pois, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não a opinião isolada de um parlamentar. Ela é fruto de sondagem e uma forte acuidade para com os anseios de nossas bases. Sondagens que nos sugerem respondamos às expectativas de um amplo segmento do eleitorado, o qual se identifica com o programa do PFL — este é um partido que se vai fazendo contemporâneo do futuro num País que não mais pode viver do passado e nem mais atrelado a soluções casuísticas, as quais se fazem fartas em períodos pré-eleitorais”.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No último sábado houve um bárbaro assassinato em Curitiba, a poucos metros do prédio da Assembléia Legislativa, na avenida defronte ao Palácio Iguaçu, quando o lavrador Josemar Torquato Schandler armava sua barraca para trabalhar na Feira de Cítricos de Pescados, ele acabou sendo violentamente assassinado por um bando de assaltantes.

É mais uma tragédia que choca a população paranaense e mais uma vez cobra-se do Governador José Richa a promessa feita em campanha eleitoral, de proporcionar, se eleito Governador do Paraná, segurança à população do nosso Estado.

Infelizmente, as famílias do Paraná estão intranquias, inseguras, diante do aumento da onda de criminalidade, com roubos, assaltos e toda espécie de violência.

Vejam, Srs. Deputados, a ironia, um trabalhador aos

primeiros minutos da manhã de sábado encontrar a morte durante um assalto perpetrado defronte o Palácio Iguaçu, a poucos metros do Gabinete do Governador José Richa. É de se perguntar: O Palácio Iguaçu está ou não protegido por tropas da Polícia Militar? Pois é do nosso conhecimento que existe um contingente de tropas da Polícia no pátio, nas dependências do Palácio Iguaçu e que não proporcionou a este humilde lavrador a segurança que tanto ele quanto os demais feirantes precisava ter, estava se instalando uma feira de cítricos e pescados também, era natural que a Polícia Militar do Paraná oferecesse segurança, não apenas no instante da montagem das barracas, como também durante o funcionamento dessa feira de cítricos e de pescados.

Nós queremos aqui lamentar profundamente o descaso, o relaxo da própria Polícia, o desleixo da Polícia que está insensível aos clamores da população. E o nosso desejo é que o Governador José Richa tome por exemplo, tome posição frente a morte do lavrador Josemar e mande e determine que a Polícia Militar e a Polícia Civil, sejam mais eficientes no combate ao crime, na devolução da segurança à população do Paraná.

Certamente este violento crime vai repercutir em todo o Brasil, porque ele ocorreu a menos de 50 metros do Gabinete de trabalho do Governador José Richa, quando perde a vida um pai de família que ali chegou, bem cedo, para trabalhar e ganhar sustento para a sua família.

O desejo, Sr. Presidente, que a Polícia do nosso Paraná, sob o comando do Governador José Richa, ofereça esta segurança reclamada pelo Paraná.

Era só, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para tristeza de alguns e alegria de muitos, ontem se realizou, neste Plenário, a Convenção Regional do PDS, o que demonstra que o nosso partido está se reerguendo; quando alguns pessimistas distribuem palavras fáceis por aí afora que o PDS é um partido morto, ele demonstra que está vivo, e bem vivo para ajudar a redemocratização do nosso País.

Ontem, foi uma prova inequívoca da vitalidade do PDS. De 220 Senhores Delegados com direito a voto, compareceram 200 Delegados e votaram na Convenção Regional do nosso Partido.

Fizemos a constituição de um Diretório Regional, composto como nunca no passado aconteceu, por homens e mulheres de todos os recantos do Paraná. Não são mais aqueles retirados do bolso, e sim a participação do Vereador, a participação da mulher, a participação do Deputado, do empresário, a participação do líder comunitário. A representatividade, hoje, do nosso Diretório, é extraordinária.

E nós vamos lutar para que o nosso partido tenha sucesso nas eleições municipais deste ano. Aqui em Curitiba a demonstração de um candidato forte, de um homem carismático, de um homem que já fez muito no seu passado para Curitiba e para todo o Paraná, o ex-Governador Paulo Pimentel, o nosso candidato a Prefeito.

Deveremos ter candidato em todos os 11 municípios de área de segurança nacional. Ficou demonstrado na convenção, já com a participação do candidato a prefeito nosso, do Município de Marechal Cândido Rondon,

um homem radicado, um cartorário, um homem que sempre lutou com entusiasmo por Marechal Cândido Rondon. E, haveremos de elegê-lo Prefeito.

Gostaria, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de deixar registrado, para os Anais da nossa Casa, a constituição da Comissão Executiva do nosso diretório: o nosso Presidente eleito o Deputado Airton Cordeiro; um batalhador, que vem lutando com toda a garra pela sobrevivência do nosso partido; primeiro Vice-Presidente, o Deputado Federal Joaquim dos Santos Filho; segundo Vice-Presidente, pela primeira vez na história do nosso Partido, uma mulher na Comissão Executiva, a Vereadora Rosa Maria Chiamulera; Secretário Geral o ex-Governador, o ex-Presidente desta Casa por diversas vezes, o ex-Deputado João Mansur; primeiro Secretário o Deputado Federal Renato Jhonson; o tesoureiro, e empresário Abílio Gonçalves de Abreu Neto; vogais, o suplente de Deputado Estadual Amílcar Resende Dias e Lincoln Gomes Ferreira; suplentes, Odemar Kremer e Luiz Carlos Claudino.

Portanto, é um PDS novo, é um PDS que está purificado, que deseja contribuir pelo desenvolvimento democrático do nosso País, é um partido que não vai ficar alheio às eleições municipais deste ano e às próximas eleições do ano que vem. Tanto para compor sua chapa para Deputados Estaduais, Federais, Senador e Governador do Estado. Porque nós haveremos de demonstrar ao Paraná e o seu povo conosco, que nós temos um passado, que o nosso Partido está radicado, que o nosso Partido tem estrutura e não é pelo desejo de alguns que nós vamos desaparecer da vida política. Nós vamos retomar em breve a nossa posição e o governo do nosso Estado.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Edgard Pimentel, inscrito.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Primeiramente, eu queria fazer coro às palavras do nobre Deputado Tércio Albuquerque, porquanto: ontem aqui assistimos, neste recinto, a uma demonstração de quão é forte, robusto e com enormes perspectivas, o nosso Partido, o PDS.

A demonstração de civismo, a demonstração de força demonstrada na convenção do Partido aqui celebrada na tarde de ontem, ou durante todo o dia de ontem, dá uma dimensão exata de que a nossa agremiação, não pode se considerar uma agremiação enfraquecida, porque tem em seu seio, homens da envergadura, do gabarito do atual Presidente do PDS - Deputado Airton Cordeiro: que eu considero ter sido o grande mentor, o homem que planejou com muita eficiência a realização da convenção do PDS no dia de ontem.

Do mesmo a aceitação do Doutor Paulo Pimentel, a indicação de seu nome à Prefeitura de Curitiba, traz um novo quadro na sucessão que iremos disputar, que veremos nas próximas eleições, marcadas para novembro, a serem disputadas na Capital do Estado.

Indiscutivelmente, homem público da maior envergadura, Doutor Paulo Pimentel certamente trará uma contribuição imensa à consolidação da Democracia, não só em Curitiba, mas no Paraná e também no Brasil. De sorte que o nosso partido, no dia de ontem, se viu mais uma vez envolto no apoio de todos os segmentos da sociedade paranaense. Todos aqueles que aqui vieram puderam constatar de que, efetivamente, o PDS é um partido que a cada dia que passa se consolida e adquire a fisionomia e a

ideologia de um partido verdadeiramente autêntico e que irá dar ao Paraná a sua contribuição eficaz, fecunda, em favor da consolidação das grandes conquistas que todos pretendemos na democracia brasileira.

Mas, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, trago aqui hoje um telex que nos chega da COTRIGUAÇU - Cooperativa Central Regional Iguaçu, que congrega sete outras cooperativas singulares e mais de 42 mil associados. Estamos diante de uma situação muito difícil, que está a inviabilizar os negócios da agricultura. Todos sabemos que a Nova República traz, em seu bojo, propostas que ainda não saíram do papel, especialmente propostas no tocante à adoção de uma política agrícola que venha ao encontro dos interesses dos agricultores.

Percebemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a preocupação do Governo Federal na implantação de uma Reforma Agrária que é proposta com uma simples redistribuição de terras. E eu indago, será que isto basta? Se estamos vendo os agricultores, proprietários de hoje, totalmente desmotivados para o desenvolvimento dos seus projetos agropecuários, diante da insensatez de governos passados e governos atuais, que estabelecem juros incompatíveis com os riscos que a ação agrícola exige, governos que não estabelecem um seguro agrícola que e projeto de nossa autoria, que tramita nesta Casa e que vem ao encontro da fixação do homem, proprietário de hoje na sua terra.

Precisamos rever com muita seriedade o problema da agricultura brasileira que a todos nós, deste Estado, interessa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury). - Não havendo mais oradores, inscritos, no Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ivan Gubert, inscrito.

O SR. IVAN GUBERT - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"O momento é de definições.

Definem-se as linhas mestras do Governo da República, com a formalização das diretrizes traçadas por José Sarney, e a serem concretizadas mediante o apoio e a indispensável sustentação da Aliança Democrática.

Definem-se os caminhos do futuro removendo-se os entulhos do autoritarismo, tendo em vista a Assembléia Nacional Constituinte, que haverá de dar ao País uma Constituição adequada aos novos tempos.

Definem-se, também, nas capitais, nas estâncias hidrominerais e nos municípios das antigas áreas de segurança nacional, os cadidatos às respectivas prefeituras.

Aqui, em nossa Curitiba, as definições se precipitam. Os postulantes se lançam. Os partidos expõem ao debate público os seus nomes mais expressivos, sejam eles representantes de tendências, esquemas, segmentos ou de meros agrupamentos ideológicos.

Tudo isso, na mais legítima, saudável e salutar prática democrática. Tudo isso, revelando que os tempos são outros e que a movimentação político-partidária, depois de anos de frustrante castração, emerge com força total.

Na atual circunstância, nada mais justo que os partidos se empenhem em demonstrar sua força. Nada mais condizente com a realidade presente que os partidos lancem seus candidatos, submetendo-os ao julgamento da opinião pública, o que é próprio do regime democrático.

Mas, não significa, tal procedimento que todos os

partidos devam se lançar afoitamente à disputa eleitoral, para o simples efeito de competir. Há que se adotar, no caso, um entendimento racional, medindo-se, desde logo, os prós e os contras.

A esse respeito, já manifestei minha posição e a reafirmo agora. Entendo que, por ser um partido ainda em organização, o partido a que pertenço, o partido da Frente Liberal não deve ter candidato próprio à Prefeitura de Curitiba. Deve, isto sim, coligar-se com outra agremiação, para, numa somatória de forças, lograr alcançar, com maiores possibilidades de êxito, o executivo municipal da Capital, sem dúvida um posto da maior importância no contexto político-administrativo do Estado.

No entanto, quando defendo uma coligação, não quero em absoluto dizer que ela deva acontecer sem um mínimo de segurança e de identificação política, ideológica, programática. Longe disso, entendo que se deva buscar um acordo que tenha por escopo o lançamento ou o apoio a um candidato que represente, por seu passado e por sua postura presente, a certeza de um administrador à altura do cargo e da projeção de Curitiba no cenário nacional.

Para tanto, é preciso que o candidato se apresente devidamente lastreado num programa que contemple os mais diferentes setores da vida e da comunidade curitibana. É preciso que o seu programa, objetivo e realista, à par de realizações próprias do Executivo, não olvide aspectos impostergáveis do Legislativo e do próprio Judiciário. Em termos de bem-estar da sociedade, haverá, pois, que ser um programa sério e abrangente, que identifique, de pronto, o candidato capaz de abraçá-lo e transformá-lo em realidade.

No que concerne à linha de ação executiva, o candidato ideal não poderá deixar de priorizar a segurança, o transporte, a saúde, o ensino, o lazer - itens fundamentais para quem vive numa cidade do porte de Curitiba.

A questão da segurança, nos dias atuais, sabemos todos, assume caráter de verdadeira obsessão. A população a exige, indefesa. E o Município não pode ficar alheio ou indiferente ao problema, esperando apenas que o Estado se encarregue de dar ao cidadão a proteção que lhe é devida. A criação e o funcionamento de uma patrulha de vigilantes municipais seria, com certeza, uma saída.

O transporte coletivo, entendido como serviço público, não poderá continuar representando um tormento para aqueles que dele indispensavelmente se utilizam. Deverá ser acessível a todos, ainda que, para tanto, o município tenha que realizar algum investimento oficial.

A saúde e a assistência social deverão merecer atenção mais condizente com o quadro de miséria que nos ronda. O povo não pode continuar morrendo à míngua, por falta de remédio. A mendicância há que ser coibida, mediante um programa assistencial que objetiva, de fato, a recuperação ou o tratamento daqueles que perambulam pelas ruas, vivendo às custas da caridade pública.

O ensino, em Curitiba, além de abrangente, deverá ser modelar, remunerando-se convenientemente os professores e dispensando-se-lhes atenção correspondente à nobreza e à importância da missão que lhes é atribuída.

Curitiba já foi exemplo em matéria de lazer. Para continuar ostentando posição de destaque, será necessário não apenas recursos, mas também imaginação. Daí, a necessidade de uma programação dinâmica, voltada para todo o povo, especialmente para as camadas menos favorecidas.

Aquele que pretender o comando administrativo da capital deverá acreditar na iniciativa privada, como sustentáculo que é, do progresso e do desenvolvimento. Incentivando-a, estará, por certo, fomentando a geração de empregos, tão necessários ao combate à fome e às conturbações sociais dela decorrentes. Nesse contexto, a cidade industrial não poderá ser esquecida, nem tampouco se deixará de reconhecer o papel da microempresa, como forma de combate às crises que periodicamente atingem os setores de produção.

Para promover o atendimento aos bairros, impõe-se descentralizar a administração, o que se poderia conseguir mediante a criação de pelo menos cinco subprefeituras. Com isso, se levaria a administração para mais perto do povo, facilitando-lhe o acesso aos diversos canais do Governo Municipal. Também, dentro da mesma preocupação, de todo conveniente seria a criação de uma Secretaria Municipal de Abastecimento, para estimular a produção e a comercialização, orientando e auxiliando o pequeno produtor.

Importante, igualmente, é que o candidato não tenha um programa isolacionista, mas que volte suas vistas para além das fronteiras do município, preocupando-se com a grande Curitiba, uma vez que toda região metropolitana está hoje umbilicalmente interligada por problemas, necessidades e aspirações comuns.

Imprescindível, por igual, é que o candidato assuma compromisso com um estilo ético de administração, onde não haja lugar nem vez para privilégios, nem tampouco se admita qualquer tipo de desperdício dos recursos públicos. Para tanto, terá que pautar sua atuação por uma corajosa ação política, onde o Executivo procure realizar o máximo sem contudo perder de vista que nosso povo é pobre e a prioridade de qualquer programa administrativo deverá levar em conta as necessidades básicas da população.

Para a consecução desse objetivo, é preciso que o Executivo se habilite, de maneira efetiva, para exercer as ações reclamadas pela população, não se limitando à estreita faixa de atendimento tradicional, que nem sempre consegue dar guarida aos anseios mais legítimos do povo.

Indispensável será, no caso, que tenha a auxiliá-lo um Legislativo também arejado em relação às suas limitações atuais. Um Legislativo Municipal aparelhado, que conte, inclusive, com um Conselho Municipal de contas, através do qual possa melhor fiscalizar a ação e a gestão financeira do Executivo.

Também, por mais avançado que pareça, deverá se comprometer com uma reforma jurídica, que viabilize a criação e o funcionamento de um juizado municipal, composto de juízes eleitos pelo povo, pagos pelos cofres públicos, para decisão em "Instância Popular", dos conflitos entre cidadãos.

Tudo isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, haveria de sintetizar o esforço de um candidato, capaz de proporcionar à administração municipal em sentido novo de realização plena do homem, como cidadão, e de consolidar Curitiba como cidade humana e aberta a todos que a procuram. Uma cidade onde a prosperidade econômica caminhe "pari-passu" como o desenvolvimento social, onde a preservação de nossos valores tradicionais lembrem sempre a necessidade de se conquistar desde já, o futuro.

Para mim, o candidato a Prefeito de Curitiba deve reunir em seu programa básico todos esses itens, assumindo de antemão, o compromisso de cumpri-lo, a qualquer custo.

Curitiba, na verdade, é um patrimônio a ser preservado.

A projeção que alcançou nos últimos anos não pode sofrer percalços por mudanças de curso. Ao contrário, há que aprimorar-se, corrigindo-se eventuais desvios e equipando-se cada vez mais, a fim de possibilitar sempre melhores condições de vida a sua população.

É exatamente por isso que entendemos deva o candidato a Prefeito reunir condições e estar à altura da Curitiba que amamos e de sua gente que admiramos tanto. Mas, para isso, deverá ele apresentar propostas que não apenas o identifiquem com o programa cujas linhas mestras alinharei, porém que se disponha a executá-lo fielmente, oferecendo garantias de que o fará, colocando antes e acima de qualquer interesse, o interesse público e o respeito à vontade soberana da gente curitibana.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra no Horário das Lideranças, ao Partido da Frente Liberal.

Havendo declinado, concedo a palavra ao PDT.

Havendo declinado, concedo a palavra ao PDS.

Havendo declinado, concedo a palavra ao PMDB.

Havendo declinado, passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução nº 20/85, (Mensagem nº 10/85 - ex-Proposição nº 12/85), que encaminha cópia autêntica de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 176/84 de 16/08/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Nossa Senhora das Graças, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do do Projeto PROSAFRAS. **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO RESOLUÇÃO Nº 20/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 176/84, celebrado em 16 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Nossa Senhora das Graças, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO

Presidente

MÁRIO PEREIRA

Relator.

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 21/85 (Mensagem n.º 06/85 - ex-Proposição n.º 08/85), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, em 26/12/84 através da Secretaria do Interior e o Município de Cerro Azul, com participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO  
DE RESOLUÇÃO N.º 21/85**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 26/12/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Cerro Azul, com a participação da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;

MÁRIO PEREIRA - Relator.

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 22/85, (Mensagem n.º 12/85 - ex-Proposição n.º 14/85), que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 16/08/84, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução do PROSAFRAS. - **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22/85**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Ficam aprovados os Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 16 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios adiante mencionados: Astorga, n.º 22/84; Clevelândia, n.º 62/84; Florai, n.º 85/84; Pérola, n.º 203/84; objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente.

MÁRIO PEREIRA - Relator.

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 23/85 (Mensagem n.º 13/85 - ex-Proposição n.º 15/85), que aprova 1.º Termo Aditivo, de 12/11/84 ao Convênio n.º 01/84, celebrado em 30/06/84, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e o Município de Alto Piquiri, objetivando auxiliar financeiramente o Município signatário, na execução de obras públicas. - **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 23/85**

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Fica aprovado o 1.º Termo Aditivo, datado de 12 de novembro de 1984, ao Convênio n.º 01/84, celebrado

em 30 de junho de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Alto Piquiri, objetivando auxiliar financeiramente o Município signatário, na execução de obras públicas.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;

MÁRIO PEREIRA - Relator.

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 24/85, (Mensagem n.º 14/85 - ex-Proposição n.º 16/85), que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 22/11/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. - **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 24/85**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Ficam aprovados os Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 22 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Estado dos Transportes e os Municípios de Boa Vista da Aparecida n.º 032/84, Cianorte n.º 060/84, Enéas Marques n.º 080/84, Flórida n.º 088/84, Marmeleiro n.º 165/84, Piên n.º 205/84, Pinhalão n.º 206/84, e Quatiguá n.º 222/84, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;

MÁRIO PEREIRA - Relator.

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 25/85 (Mensagem n.º 16/85 - ex-Proposição n.º 18/85), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 09/12/84, n.º 11/84, através da Secretaria do Interior e o Município de Guarapuava, objetivando formação de Equipe de Assistência e Supervisão à Execução de Redes de Eletrificação Rural conforme especifica. - **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 25/85**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio n.º 11/84, celebrado em 09 de dezembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado do Interior e o Município de Guarapuava, objetivando a formação de Equipe de Assistência e Supervisão à Execução de Redes de Eletrificação Rural em áreas de consumidores de baixa renda e a construção do Centro Comunitário, Social, Cultural e Tradicionalista do referido Município.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;

MÁRIO PEREIRA - Relator.

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 26/85 (Mensagem n.º 17/85 - ex-Proposição n.º 19/85), que aprova Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 278/84, de 16/08/84, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná,



através da Secretaria dos Transportes e o Município de São Tomé, objetivando a adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS.

— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 278/84, celebrado em 16 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de São Tomé, objetivando a adoção conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

MÁRIO PEREIRA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução nº 27/85, (Mensagem nº 21/85 - ex-Proposição nº 23/85), que aprova Convênio entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento, a SUDESUL, a ELETROSUL e o Município de Guaíra, visando implantação de uma Unidade Técnica de Planejamento com objetivo de assessorar ao Chefe do Executivo Municipal na gestão do desenvolvimento Urbano. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado Convênio nº 420/84, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A — ELETROSUL, e o Município de Guaíra, visando a implantação de uma Unidade Técnica de Planejamento, com objetivo de assessorar o Chefe do Executivo Municipal na gestão do desenvolvimento urbano do referido Município.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

MÁRIO PEREIRA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução nº 28/85, (Mensagem nº 23/85 - ex-Proposição nº 26/85), que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 22/11/84 através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução do Projeto PROSAFRAS. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 28/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Ficam aprovados os Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 22 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Florestópolis nº 87/84, Itambé nº 119/84, Marialva nº 159/84, Matinhos nº 168/84, Miraselva nº 171/84, Tapejara nº 286/84, e Xambê nº 310/84, objetivando a adoção de ação conjunta

para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

MÁRIO PEREIRA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução nº 29/85, (Mensagem nº 27/85 - ex-Proposição nº 30/85), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 20/11/84 através da Secretaria da Agricultura e o Município de Terra Boa, visando colaboração Técnico-Financeira a fim de possibilitar ao referido Município, a formação de um viveiro de mudas de café.

— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### RE PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 20 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de Terra Boa, visando a colaboração técnico-financeira a fim de possibilitar ao referido Município, a formação de um viveiro de mudas de café.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

MÁRIO PEREIRA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução nº 30/85, (Mensagem nº 28/85 - ex-Proposição nº 31/85), que aprova Convênio celebrado em 04/12/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a FINEP, com interveniência da CNPq objetivando elaboração do II Plano Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 30/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 04 de dezembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, com a interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, objetivando a elaboração do II Plano Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

MÁRIO PEREIRA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução nº 31/85 (Mensagem nº 29/85 - ex-Proposição nº 32/85), que aprova Termo de Revigoração e Retificação, de 19/10/84 ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 05/01/84, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Guaíra, com

interveniência da SUDESUL, objetivando execução de obras de controle sanitário. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31/85**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Revigoração e Retificação, datado de 19 de outubro de 1984, ao Convênio celebrado em 05 de janeiro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Guaíra, com a intervenção da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a execução de obras de controle sanitário.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 11 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;  
MÁRIO PEREIRA - Relator.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 53/85, (Mensagem nº 84/85 — ex-Proposição nº 76/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 1º Termo Aditivo de 15/03/85 ao Convênio de 28/11/84, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura, o Ministério da Agricultura e a OCEPAR, objetivando dar continuidade à execução das atividades de combate, prevenção e erradicação do Bicuado do Algodoeiro no Estado do Paraná.

— **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 54/85, (Mensagem nº 50/85 — ex-Proposição nº 56/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, em 07/11/84, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Medianeira, objetivando implantação de serviço de segurança contra incêndios e de socorros públicos. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 55/85, (Mensagem nº 90/85 — ex-Proposição nº 80/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 6º Termo Aditivo de 15/03/85 ao Convênio de 06/06/79, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade ao Serviço de Fiscalização do Comércio e de Produtos Fitossanitários e do Comércio de Materiais de Multiplicação Vegetal. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 56/85, (Mensagem nº 89/85 — ex-Proposição nº 79/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 16º Termo Aditivo de 23/03/85, ao Convênio de 02/10/75, entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias da Agricultura e do Planejamento e o Ministério da Agricultura e a SUDESUL, objetivando dar continuidade aos serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 57/85, (Mensagem nº 49/85 — ex-Proposição nº 55/85), oriundo

do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 22/11/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Miriam de Oliveira Lara, ocorrido no dia 11 de junho do corrente ano, no Município de Guarapuava. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcos Vicente Betini, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosinha Zonatto, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Natalício Florentino Alves, ocorrido no dia 08 de junho do corrente ano, no Município de Cascavel. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marieta Capelari Busato, ocorrido no dia 10 de junho do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adão da Silva, ocorrido no dia 12 de junho do corrente ano, no Município de Clevelândia. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hugo Creplive Filho, Vereador do Município de Quatro Barras. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Leonel Prado Martins, ocorrido no dia 11 de junho do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Amélia Vieira da Silva César, ocorrido no dia 12 de junho do corrente ano. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Leonel Prado Martins, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Sr. Aldo Mandalozo, pela sua posse na Governadoria do Serra Clube Internacional. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso



Sguarezi, constante do expediente, solicitando a juntada do Projeto de Lei n.º 100/82, que ora se encontra arquivado ao Projeto de Lei n.º 97/85 de sua autoria, em tramitação, que cria o Município de Nova Tebas. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei n.ºs 175/84 e 264/85, de sua autoria, os quais dispõem, respectivamente, sobre a atribuição à funcionária pública estadual que adotar menor os mesmos benefícios outorgados à funcionária gestante, e autoriza o Governador do Estado a dispor dos bens arrecadados por herança vacante, destinando-os para entidades assistenciais. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando regime de urgência aos Projetos de Lei n.ºs 30/85, 66/85, 76/85, 77/85 e 84/85. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 181/84, que denomina a Rodovia 456 "Moacir Júlio Silvestre" de sua autoria. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 110/85, oriundo da Mensagem Governamental n.º 114/85 de 17 de junho de 1985, e que objetiva majorar a partir de 1.º de julho de 1985 os vencimentos dos cargos efetivos, dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e soldo dos integrantes da Polícia Militar, bem como a majoração do valor dos vencimentos dos cargos em comissão, das funções gratificadas e de outras vantagens do funcionalismo e ainda das pensões pagas pelo Estado. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a liberação de recursos orçamentários a serem aplicados na Construção de sede própria da Associação de Proteção à Maternidade Infantil do Município de Araruna. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone comunitário no Conjunto Habitacional Henrique Alves Pereira, no Município de Ibiaporã. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Srs. Chaim Jugend e Hans Helmut Behrend, pela eleição como Vice-Presidente e suplente na Federação Nacional das APAEs. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente da APAE do Município de Maringá, pela promoção do XXII Encontro das APAEs do Paraná. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação,

encarecendo a liberação de cem carteiras escolares para o Colégio Estadual Vicente Leporace. Ens. de 1.º e 2.º Graus, no Município de Boa Esperança. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a perfuração de um poço artesiano para o Distrito Administrativo de Corumbataí do Sul, Município de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, objetivando a instalação de um Distrito Sanitário do Município de Toledo. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 50.º aniversário de fundação dos Alcoólicos Anônimos. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo que através da FUNDEPAR, sejam procedidas reformas e reconstruções nos prédios que abrigam as Escolas do município de Manoel Ribas. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República e Ministro dos Transportes, apoiando teor do pronunciamento do Senador Enéas Faria, proferido pelo mesmo no Senado Federal no dia 3 de abril do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento do senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Presidente do Tribunal de Justiça, visando a criação do Distrito Judiciário de Diamante d'Oeste, no município de Matelândia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Vice-Presidente Administrativo do Banco do Brasil S/A., encarecendo a instalação de uma agência do mesmo no município de Diamante do Norte. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica do contorno à Cidade Gaúcha, conforme Projeto protocolado sob n.º 1039/85, e que se encontra em poder da Diretoria de Apoio Rodoviário, nessa Secretaria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Antônio Annibelli constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Ministro das Minas e Energia, congratulando-se com a determinação para o reinício do processo de venda de veículos novos, zero quilômetro, com isenção de imposto (IPD), a proprietários de táxis, para serem utilizados no serviço de transporte de passageiros. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Invasão de Propriedades" publicado em editorial da "Gazeta do Povo". **Aprovado.** À

Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do senhor Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela inauguração do Estádio de Futebol do Pinheirão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores Ministros da Saúde e Agricultura, objetivando a instalação de uma Sindicância com relação aos registros e autorizações de uso de agrotóxicos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Cultura e Esporte, objetivando a liberação de recursos para a construção de uma quadra de esportes no Distrito Administrativo de Bela Vista do Piquiri, no município de Campina da Lagoa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a doação de terrenos aos mutirantes do conjunto construído no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário dos Transportes, visando a reabertura da estrada do Rio Claro, ligando a Fazenda Morurê à direita da ponte nova (mais ou menos três mil metros), localizada no município de Engenheiro Beltrão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário das Finanças, protestando

contra o possível fechamento da agência de rendas do Município de Fênix. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a implantação de uma rede de água na localidade de Jaracatiá, no município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 40º aniversário da UPES – União Paranaense dos Estudantes de 1º e 2º graus. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Ten. Cel. Elizeu Ferraz Furquim, pelo seu relevante serviço prestado à comunidade paranaense. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução n.ºs 32, 33, 34 e 35/85.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 17 DE JUNHO DE 1985.

#### A INVASÃO DE PROPRIEDADES

A denúncia é impressionante. Estaria sendo estruturada uma ação bem coordenada de invasões de propriedades rurais, quer no Sudoeste do Paraná como no Oeste de Santa Catarina.

O objetivo seria o de criar “focos de tensão”, que teriam prioridade de atenções por parte do poder público no encaminhamento do projeto de reforma agrária. Tratar-se-ia de incidentes manipulados, no instante em que o governo Sarney se manifesta, claramente, favorável à implantação, sem tumultos e nem tensões, de um processo que vise a uma reformulação de uma realidade que não se limita a aspectos fundiários. Pretende ir mais longe, sabendo-se que a propriedade - conquanto básica e fundamental, - não responde ao espírito mais largo de se fazer com que haja maior número de titulares de terras e que estas sejam trabalhadas com possibilidades de êxito econômico.

A existência dessas industriais situações de “tensão social” levaram o próprio governador José Richa a firmar de maneira clara e peremptória, uma atitude de governo. Não permitirá “bagunça”, Usará das providências que a lei lhe faculta para que haja ordem e segurança.

A verdade, porém, é que esses “focos” existem. Foram criados artificialmente. A pergunta natural que se deve fazer é no sentido de se saber quem está atrás desses movimentos, que se revelam bem organizados. É importante que a opinião pública fique bem informada a esse propósito, principalmente quando o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, advertiu àqueles que “por meios radicais querem criar situações de fato, invadindo propriedades”. Ele sublinhou, enfaticamente, que não será essa atitude que “os tornarão beneficiários do projeto”. E, mais ainda: “Um conflito agrário não se caracteriza pela simples invasão de uma propriedade e, sim, por uma situação pré-existente em torno da propriedade”.

Vê-se, claramente, que o ministro do setor está condenando, formal e diretamente, essas realidades que estão ocorrendo no Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. Resta, portanto, saber quem está por trás dessas situações, usando até a ingenuidade dos homens do interior e explorando sua natural vontade de reter as terras para poder trabalhar.

A reforma agrária é um problema que se encontra na discussão nacional. E dentro desse debate, a posição do governo Sarney está definida e de maneira muito lúcida. Admitir-se, agora, que grupos, agindo à socapa e dentro de suas conveniências políticas e ideológicas, artificializem tensões através da invasão de propriedades, é admitir que tomaram sob suas mãos o comando da lei e da ordem, atendendo aos seus interesses.

A tudo isto - conforme já sublinhamos - se opôs o governador José Richa, pelo que essas empreitadas significam não somente intranquilidade, mas, também, pela existência de uma forma de poder cujo exercício se conflita, de igual maneira, com a autoridade que personifica a própria lei no seu objetivo de manutenção da ordem constituída.

Estamos diante de problemas, que não foram criados espontaneamente. As impressionantes denúncias que estão sendo feitas revelam a existência de uma estrutura que organiza a invasão de propriedades rurais para criar, intencionalmente, um “foco de tensão”.

Resta saber como se operarão os desdobramentos dessas novas realidades criadas. Na medida da atuação do poder público poderemos ter, inclusive, raízes para multiplicação dessas ocorrências, na sucessão de novas circunstâncias que, talvez, sejam da conveniência de quem se encontra atrás desses movimentos que já criaram situações de fato, que inquietam, intranquilizam e lançam perspectivas sombrias no panorama dessa realidade do quadro agrário no Paraná.